



PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 183.7.00/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO - Nº 0704001/2026/SEPLAGE

MODALIDADE - DISPENSA Nº 046/2026/PMC

ÓRGÃO SOLICITANTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ASSUNTO – PARECER DA ANÁLISE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA (SISTEMA INFORMATIZADO) PARA GESTÃO, TRANSPARÊNCIA, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CASTANHAL/PA.

PARECER TÉCNICO – CONTROLE INTERNO

A COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL – PA, criada e regulamentada pela Lei municipal nº019/2005, de 26 de julho de 2005 e Lei Municipal nº024/2009, de 08 de setembro de 2009, na figura de seu Coordenador **Helton Jhony de Sousa Trajano da Silva Teles**, SERVIDOR EFETIVO, designado pela Portaria de nº279/2025, a fim de garantir o disposto no art. 31 e 74 da Constituição Federal de 1988, e em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCMPA, de 01 de julho de 2014, e Instrução Normativa nº22/2021/TCMPA, de 10 de dezembro de 2021, expede as seguintes considerações:

1. DO RELATÓRIO

Trata-se da análise do Processo Administrativo acima identificado, instaurado para formalização de aquisição por intermédio de Dispensa de Licitação, onde, a Compra Direta da Dispensa a **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, procederá, segundo Justificativa da Dispensa de Licitação nº046/2026/PMC, com a contratação através da empresa:

- **INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIAADOS-IMA**, inscrita no CNPJ sob o nº 48.197.859/0001-69, no valor de **R\$ 370.900,08 (trezentos e setenta mil, novecentos reais e oito centavos)**, por 24(vinte e quatro) meses.

O processo foi encaminhado a esta Coordenadoria de Controle Interno para análise da regularidade formal e material da referida aquisição, em cumprimento ao disposto nos artigos 169 e 170 da Lei nº 14.133/2021.



Vale ressaltar que toda manifestação desta Coordenadoria, expressa posição meramente opinativa, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnica, que se restringe a análise dos aspectos de legalidade.

2. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Diante de algumas situações, o legislador permitiu que o Administrador realizasse contratação direta, independentemente de licitação, através dos institutos da inexigibilidade ou da dispensa de licitação. Logo, no referido certame, a licitação ocorrerá em processo de contratação direta, sob a modalidade de **DISPENSA**, nos termos do artigos 75 inciso IX, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com Decreto nº 12.807/2025.

Assim, mediante a impossibilidade ou desnecessidade de submeter à competição que afasta o Dever Geral de Licitar, a Administração Municipal justifica a presente contratação frente à inviabilidade de competição, conforme Termo de Referência e Justificativa da Dispensa. O devido Documento de Formalização de Demanda – DFD justificativa a necessidade de contratação diante das exigências da Secretaria em comento.

3. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Quanto à apresentação da documentação necessária à regular instrução processual, e para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos: Termo de Abertura de Processo; Ofício nº 413/2026; Documento de Formalização de Demanda – DFD; Estudo Técnico Preliminar; Ofício nº 401/2026-SEPLAGE; Dotação Orçamentária; Autorização; Termo de Referência; Pesquisa de Preços e Proposta; Ofício nº 308/2026-SUPRI; Declaração Orçamentária e Financeira; Convocação; Documentos de habilitação; certidões de regularidade; Justificativa da Dispensa; Minuta do Contrato; Parecer Jurídico nº 126/2026; Despacho a esta Controladoria.

4. DA ANÁLISE JURÍDICA

No que tange ao aspecto jurídico e formal do procedimento, a Assessoria Jurídica da Procuradoria Municipal, constatou que os documentos necessários para realização da Dispensa por aviso de contratação direta se deram com observância à legislação que rege a matéria, atestando a sua legalidade, aprovando assim a minuta do aviso de Dispensa Eletrônica, autorizando o prosseguimento do feito com a devida publicação do aviso do edital. Tais constatações se deram pelos **Parecer Jurídico nº 126/2026**, atendidas, portanto, as exigências legais contidas na lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/2021.



5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, não vislumbramos óbice ao prosseguimento da Dispensa de licitação, na forma do artigo 75 inciso IX da Lei 14.133/21, com anuência do Parecer da Procuradoria, uma vez presentes os documentos indispensáveis à sua realização, bem como a escolha da proposta mais vantajosa, podendo este órgão promover a referida contratação, observando para tanto os prazos das assinaturas, visto que tal formalização deve ocorrer previamente antes da realização dos serviços, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e Mural de Licitações do TCM/PA.

Vale ressaltar que toda manifestação desta Controladoria, aqui discorrida, expressa posição meramente opinativa, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnica, que se restringe a análise dos aspectos de legalidade.

E, por fim, declaramos estar cientes de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Castanhal/PA, 28 de abril de 2026.

HELTON J. DE S. TRAJANO DA S. TELES
CONTROLE INTERNO
Portaria Nº279/25